

Memória das Instituições Educacionais nos Arquivos do DEOPS/SP: O Caso Colégio Canadá *

JOSÉ ESTEVES EVAGELIDIS

Introdução

A década de 60 do século XX no Brasil iniciou um período de supressão das liberdades públicas que permeou toda a sociedade e se tornou um período importante também na história da Educação brasileira. Este período engloba uma época de luz e sombra, que vai do início dos anos 60 até o fim dos anos 70, contexto histórico que inclui o golpe militar de 1964 e o começo do processo de abertura política em 1979.

A periodização desta pesquisa se justifica em função de serem os anos iniciais da década de 60 significativos em relação à atuação dos alunos secundaristas que participavam ativamente dos movimentos estudantis, inclusive no Colégio Canadá, objeto deste estudo. Nesta época, o mundo vivia um dos períodos mais ricos e divertidos da história da humanidade: “a cultura jovem se tornou a matriz da revolução cultural, no mais amplo sentido de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e as artes” (HOBSBAWM, 1996).

Sobre o ano de 1964, que acabou se tornando símbolo da era da ditadura militar em nosso país, podemos dizer que:

(...) apesar de não ter representado um instante de absoluta “quebra” na história brasileira, constituiu-se num momento de ruptura política que produziu uma completa reorganização dos aparelhos políticos do Estado, em função dos objetivos que ele deveria realizar para atender aos interesses que determinariam seu modo de ser (FAZENDA, 1988, p. 55).

A opção em encerrar o período a ser pesquisado no ano de 1979 se justifica por ser quando se inicia o processo de abertura política no Brasil, com a edição da lei da

* Dissertação de Mestrado em andamento (término em junho de 2011) no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), com pesquisa financiada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

anistia política, sancionada em 28 de agosto daquele ano. Após a definição do tema foi possível enunciar o problema de pesquisa:

Como a produção policial do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) construiu a imagem do Colégio Canadá, entre os anos de 1964-1979?

Para chegar a uma resposta, a metodologia investigativa privilegiará a pesquisa histórica, tomando como fonte documentos relacionados ao período da ditadura militar no Brasil.

1. O acervo DEOPS/SP

Os documentos que servirão de base à pesquisa estão localizados nos arquivos do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que atualmente fazem parte do acervo permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Nestes arquivos encontram-se vários dossiês sobre atividades e pessoas relacionadas ao Colégio Canadá, com considerável valor histórico como fonte de pesquisa para este trabalho.

Este acervo está disponível na rede mundial de computadores desde o ano de 2008, quando foi estabelecido um acordo de cooperação técnica entre 28 instituições, incluindo o APESP, e o Arquivo Nacional, para a implantação de uma política pública de integração em rede de acervos e instituições. Com tal propósito, foi idealizado o banco de dados *Memórias Reveladas*¹, alimentado online pelas instituições parceiras, constituídas por informações dos acervos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), acervos de militantes e outras instituições que retratam a luta política no país entre 1964-1985. Também integra o banco de dados o conjunto documental que está sob a guarda do Arquivo Nacional, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), a Comissão Geral de Investigações (CGI) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN).

¹ O projeto "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985" é uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, com a coordenação do Arquivo Nacional, que objetiva elaborar bancos de dados contendo informações dos arquivos participantes e colocar à disposição do público, pela Internet, os registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil durante a ditadura militar.

Dentre a documentação sob a guarda do APESP, podem ser acessadas cerca de 400 mil fichas digitais remissivas de dossiês pertencentes ao Acervo Geral do DEOPS, bem como 2.500 dossiês produzidos pela Delegacia Especializada de Ordem Social e 1.500 dossiês oriundos da Delegacia de Ordem Política. Pesquisa preliminar, por meio do sítio do APESP pela Internet, revela existir mais de vinte documentos sobre o Colégio Canadá, a maioria datada dos anos 70 do século passado. Sob a denominação de documentos “de polícia”, uma extensa variedade documental foi acumulada durante o período Imperial e Republicano no Brasil, oportunizando o seu conhecimento, por meio da exploração, manuseio, tratamento, análise, comunicação e ciência dessas informações para as gerações póstumas.

Desta forma, os acervos do DEOPS que foram recolhidos aos arquivos públicos estaduais durante a década de 1990 merecem destaque, pois recentemente tais arquivos vêm sendo:

(...) intensamente pesquisados, revelando os bastidores da ação repressiva do Estado (...). O denso material, constituído de fichas de arquivo e de prontuários por indivíduos ou por pessoa jurídica – sindicatos e partidos, entre muitos outros – tem permitido a análise histórica sob os mais variados enfoques (BACELLAR, 2006, p. 32).

2. O Colégio Canadá

A opção de ter como objeto de estudo o Colégio Canadá se justifica pela própria história da instituição. Criado por decreto em agosto de 1934, a escola passou a funcionar em fevereiro de 1935, em lugar provisório, sendo o primeiro ginásio estadual da cidade de Santos e também da Baixada Santista. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santos, a sua sede própria foi construída e inaugurada oficialmente em 28 de agosto de 1937, em terreno doado pela companhia canadense *The City Improvement Company LTD of Santos*, concessionária de serviços de água, luz e bondes da cidade. Desta forma, surgiu o nome de Colégio Canadá para a escola que antes se chamava *Gymnasio do Estado*.

Durante décadas a escola se destacou pela qualidade de ensino. Pelo Canadá passaram gerações que despontaram nas mais variadas áreas de conhecimento, tornando o colégio um símbolo na história da Educação em Santos e na região. O desenho desse símbolo durante o período da ditadura militar se manifesta como questão de pesquisa,

com o intuito de reconstituir tanto a memória individual quanto coletiva, na relação com a família, amigos, profissões e instituições, entre outras instituições ou grupos sociais.

No início dos anos 60, a escola contava com 14 salas de aula, comportando, nas duas classes menores, 20 alunos, e nas demais, em média, 40 a 50 alunos. Além dessas salas, a escola Canadá dispunha de auditório, biblioteca, sala de desenho e laboratório. O auditório possuía palco fixo e pé direito de oito metros, com 213 poltronas distribuídas em dois pisos, e a biblioteca contava com acomodações para 40 alunos e aproximadamente 10 mil volumes, acervo formado com doações de vários governos, inclusive estrangeiros, e entidades governamentais do Estado.

A sala de desenho continha 50 mesas individuais com dispositivos que permitiam regular a altura de cada mesa e todos os materiais necessários como réguas, esquadros e compassos. O laboratório funcionava numa sala multidisciplinar, e ali os professores ministravam aulas de Ciências, Física, Química e História Natural. Existiam ainda duas salas de artes femininas e uma masculina, gabinete dentário, grêmio, sala de orientação educacional, diretoria do primário, diretoria geral, secretaria, portaria, sala dos professores, cantina, pátios, residência do zelador e ginásio de esportes. Os dados relativos ao espaço da escola foram extraídos do processo destinado à avaliação escolar, realizada por Inspectores Federais, membros designados pelo Ministério da Educação e Cultura. Cabia aos inspetores avaliar o espaço da escola, a infra-estrutura, os prontuários de habilitação de professores, registro de alunos, enfim, todo o funcionamento da instituição.²

Havia, na época, uma demanda muito grande de alunos para o Ginásio e o Colegial. Para abrigar os alunos do Colégio Estadual do Instituto de Educação Canadá, como era chamado na época, foram ocupados dois estabelecimentos: Lourdes Ortiz e Ismênia de Jesus, escolas dirigidas por pessoas designadas pelo Diretor Geral do Colégio Canadá. Tal demanda gerou a necessidade de ampliação do prédio antigo da escola, o que acabou acontecendo em 1962. O colégio passou a funcionar, então, com 33 salas de aula, que comportavam 4.555 alunos. Foi durante este período, na década de 1960, que o Colégio Canadá passou a ser considerado um dos maiores do estado e até

² Evani Magalhães B. A. CORREA. **Memórias da Escola Canadá: participação estudantil nas décadas de 1950 e 1960**, f. 50.

do país, com 112 classes em funcionamento e com mais de uma centena e meia de funcionários.

No colégio também havia o espaço destinado aos alunos, denominado Grêmio Estudantil “Vicente de Carvalho”. Contava com uma diretoria composta de 20 membros, que buscavam promover eventos sociais, esportivos e culturais, envolvendo os alunos da escola e a comunidade. Além do grêmio, havia ainda outra instituição, o Clube das Normalistas, que desenvolvia atividades sócio-culturais, como a apresentação de peças teatrais, onde atuavam as próprias normalistas e crianças estudantes do curso primário. Sua diretoria era composta por cinco normalistas e vários professores.

No início dos anos 1970 a instituição mantinha os cursos de Pré-Primário (três classes), Primário (17 classes), Ginásial (52 classes), Colegial (44 classes), Normal (sete classes), Especializado em Educação Pré-Primária (uma classe) e de Administradores Escolares (duas classes). O número de alunos chegava a 5.500, entre crianças e jovens de ambos os sexos, e o número de funcionários era de cerca de 160, entre professores secundários e primários, orientadores educacionais, professores-inspetores, preparadores, inspetores de alunos, diretor, diretor do Primário, assistente do diretor, secretário, dentista, escriturários e serventes.

É conveniente destacar que no período estudado a cidade de Santos, devido à importância estratégica de seu porto e das lutas de seus trabalhadores, foi seriamente atingida pela ditadura:

Golpeada de modo particular em 1964 e novamente em 1969, a cidade perdeu parte da misteriosa alquimia resultante da combinação de brilho, ousadia, originalidade e espírito de resistência que sempre a caracterizou. Mais que irreversíveis danos políticos e econômicos, a opressão comprometeu a identidade cultural e social de Santos e do seu povo, e os jovens foram as suas maiores vítimas, pelo que não sabem (SILVA; ALEXANDRINO, 1988, p.4).

Portanto, levantar e analisar a história de vida de ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários do Colégio Canadá relacionada às informações contidas nos documentos referentes ao período da ditadura militar, em busca do entendimento histórico destes anos e seus reflexos naquela Instituição Escolar se constituem o principal objetivo deste estudo. Para dialogar com os dados coletados será usado o “modelo dialético, onde se incorpora o caráter sócio-histórico da realidade social, compreendendo o ser humano

como transformador e criador de seus contextos” (FRANCO; GHEDIN, 2008, p. 118). Nesse sentido, um conhecimento sobre Educação que se pretenda rigoroso e científico não pode:

(...) deixar de levar em consideração as forças de opressão e de dominação que atuam na rede das relações sociais, que faz da sociedade humana uma sociedade política, hierarquizada e atravessada pelo poder de dominação. Todo conhecimento que tem a ver com a educação não pode deixar de enfrentar, de modo temático explícito, a questão do poder, elemento que marca incisivamente toda expressão concreta da existência humana (SEVERINO, 2001, p. 24).

Nessa direção, comungo com a posição de Severino (2001), que defende a ideia de que o paradigma dialético tem se mostrado mais fértil em dar conta dos problemas políticos e pedagógicos na pesquisa educacional, contando com os subsídios das ciências sociais, como história, antropologia, sociologia, política, economia.

O presente trabalho de investigação busca a perspectiva dialética fundamentada teoricamente nas produções de Bardin (2009), Bosi (1994), Fazenda (1988), Frigotto (2008), Le Goff (2003), Romanelli (2009), Thompson (1992) e Severino (2001).

A escolha desses autores se justifica pela característica do trabalho, que visa reconstituir determinado período da história de uma instituição escolar durante a ditadura militar, por meio da análise documental e das memórias dos atores envolvidos neste enredo.

3. A memória como recurso de pesquisa

Na visão de Jacques Le Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade essa referente a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele interpreta como passadas. Fenômeno individual e psicológico, a memória também está ligada à vida social e varia em função da presença ou da ausência da escrita, e é objeto da atenção do Estado, que para conservar vestígios de qualquer acontecimento passado, produz diversos tipos de documentos, monumentos, além de escrever a história e acumular objetos. A apreensão da memória depende, portanto, do ambiente social e político: é a

aquisição de regras de retórica e da posse de imagens e textos que falam do passado, ou seja, de um certo modo de apropriação do tempo (LE GOFF, 2003).

A memória está na própria base da história, e se confunde com o documento, com o monumento e com a oralidade. Porém, só recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia: apenas no fim da década de 1970 os historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a memória. Quando os historiadores começaram a se apossar da memória como objeto da História, o principal campo a explorá-la foi a História Oral. Muitos estudiosos dessa área têm se preocupado em perceber as formas da memória e como esta age sobre nossa compreensão do passado e do presente.

As fontes orais estão na base da mais antiga e da mais recente forma de se fazer história. A história oral é construída em torno de pessoas, lançando a vida para dentro da própria história e alargando seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo, e estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Proporciona, também, meios para uma transformação radical do sentido social da história (THOMPSON, 1992).

Sobre a memória como função social, afirma Ecléa Bosi:

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Apurada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparição (BOSI, 1994, p. 81).

A memória, no entanto, não é apenas individual. A memória coletiva é a forma de maior interesse para o pesquisador, pois é composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, e que também pertencem a um grupo. O estudo histórico da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral, e esse tipo de memória tem características bem específicas, como girar quase sempre em torno do cotidiano do grupo, quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, tendendo a idealizar o passado. Também o esquecimento é um aspecto importante para a compreensão da memória coletiva, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. A memória coletiva reelabora, assim, os fatos, constantemente.

Sobre a função da memória coletiva, bem como de seu estudo, afirma Le Goff:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003, p. 471).

História e memória também se distinguem pelo fato de a História trabalhar com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, do indivíduo ou do grupo, e a História trabalha com o que a sociedade trouxe a público.

4. Metodologia

O presente trabalho é uma pesquisa de natureza documental, descritiva e analítica. As fontes documentais utilizadas são os acervos do DEOPS/SP, recolhidos ao Arquivo Público do Estado de São Paulo durante a década de 1990. Estes acervos, cada vez mais pesquisados, têm revelado os bastidores da ação repressiva do Estado contra grupos ou pessoas consideradas perigosas, subversivas.

Como toda fonte histórica, o documento deve ser visto como “documento-monumento”, na definição de Jacques Le Goff :

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo (LE GOFF, 2003, p. 537-8).

Nesse sentido, como todo documento é falso e também verdadeiro ao mesmo tempo (na medida em que traz a *sua* verdade), é preciso que o historiador desmonte a aparência enganadora do documento e analise as condições de produção dos documentos-monumentos.

A pesquisa se valerá da abordagem qualitativa e, além da pesquisa documental, será realizada por meio de entrevistas com sujeitos que viveram experiências no Colégio Canadá, no período compreendido entre os anos de 1964 a 1979, relacionando suas histórias de vida às informações contidas nos documentos. Os sujeitos envolvidos no estudo são alunos, professores, funcionários técnicos e demais atores ou testemunhas que freqüentaram ou mantiveram algum tipo de contato com o Colégio Canadá durante o período especificado.

As entrevistas serão realizadas por meio da técnica da História Oral. Serão utilizadas perguntas abertas, que levem o entrevistado a discorrer a respeito do tema e não possam ser respondidas apenas com “sim” ou “não”.

Concordando com Le Goff, o dever principal do historiador é a “crítica do documento – qualquer que ele seja – como monumento” (LE GOFF, 2003). Portanto, o pesquisador que trabalha com entrevistas colhidas por meio de História Oral como fontes deve ser capaz de desmontá-las, ou seja, analisar as condições de sua produção, para utilizá-las de forma plena.

Para chegar a esse resultado, utilizaremos como metodologia de tratamento e análise de informações constantes dos documentos e entrevistas a análise de conteúdo, para a compreensão crítica do sentido manifesto ou oculto das comunicações. A análise de conteúdo se apresenta como uma atividade de interpretação que consiste no descobrimento do não-aparente, o potencial de inédito, no sentido do que não foi dito, retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2009).

O nosso local de pesquisa é o acervo DEOPS, onde se encontram documentos bastante diversificados, que retratam tanto a rotina interna do órgão repressivo, como os ofícios, relatórios anuais, relatórios diários, pedidos de informações, correspondências, quanto a obsessão pelo “crime” político, revelada nos dossiês, inquéritos policiais e prontuários temáticos e nominais.

Trata-se de um dos arquivos da repressão político-social mais importantes do país, referência para todos os pesquisadores preocupados em conhecer a história dos movimentos sociais do século XX, durante os períodos democráticos e ditatoriais. A principal característica desse conjunto documental é sua complexidade organizativa.

Ao todo, o acervo é composto por quatro grupos documentais, três deles contendo fichário remissivo. São eles: prontuários (170.000 fichas e 150.000

prontuários); dossiês do Arquivo Geral (1.100.000 fichas remissivas e 9.000 pastas); documentos produzidos pelas delegacias especializadas de Ordem Política (1.500 pastas), contendo prontuários e dossiês, e Ordem Social (235.000 fichas e 2.500 pastas), composto por autos de sindicância, inquéritos militares, prontuários e dossiês.

A série Prontuários do Arquivo Geral, além dos documentos que denominam o conjunto documental, reúne inquéritos e relatórios provenientes de todas as delegacias especializadas.

A série Dossiês do Arquivo Geral foi iniciada na segunda metade da década de 1930 e apresenta um modo de arquivamento bem mais complexo se comparado à série de Prontuários. Além dos registros produzidos pelo Serviço Secreto, os dossiês também reúnem documentos recebidos de instituições externas, como é o caso da documentação proveniente do Departamento de Operações de Informações (DOI), do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), do II Exército, do Ministério da Agricultura, entre outros, que enriqueciam as informações sobre os temas e pessoas investigadas pelo DEOPS.

Esses documentos foram arquivados de acordo com a elaboração de um código alfanumérico, composto por três elementos, sendo o primeiro e o terceiro código um número e o segundo uma letra, por exemplo 30-Z-160. Durante os anos de 1998 a 2002, foi desenvolvido o projeto de mapeamento e sistematização da série Dossiês, coordenado pela professora Dra. Maria Aparecida de Aquino, financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).³ Funcionários do APESP (Arquivo Público de Estado de São Paulo), em conjunto com os integrantes desse projeto, reuniram esforços para identificar e compreender a lógica dos códigos e de seu arquivamento.

Essas pesquisas revelaram que o Arquivo Geral criou mais de 5.060 combinações entre números e letras. Os dossiês foram divididos em cinco classes numéricas: do 10 ao 15, do 20 ao 24, do 30 ao 31, do 40 ao 43, do 50 ao 52. Conforme pesquisas realizadas, observou-se que o primeiro número significava um tema e era também o elemento principal do código. Mais tarde, foi constatado que o terceiro

³ Maria Aparecida de AQUINO, **Dossiês Deops/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro.**

elemento, em alguns casos, complementa o tema principal, representando um “subtema”. Já a letra indicaria os setores da sociedade, como por exemplo: igreja, militares, estudantes, universidades. Durante o projeto de mapeamento dos dossiês, a equipe procurou descrever o conteúdo de cada um deles, atentando para as relações entre os temas e os códigos.

Os códigos compostos por uma mesma dezena foram denominados de “famílias”. Por exemplo, faziam parte da família 10 os dossiês arquivados nos códigos 10-A-01, 10-B-2, 12-C- 14, 15-Z-20. Os temas gerais foram identificados de acordo com o assunto comum descrito nos documentos que possuíam o mesmo código. Os números que compõem as dezenas são denominados de “subfamílias”, que, segundo a hipótese apresentada pelos pesquisadores do projeto de mapeamento e sistematização dos dossiês, representam uma especificação do tema geral. Desse modo, a família 10 foi subdividida nos números 10 a 15, cada qual abordando uma temática, como sabotagem, espionagem, nazismo e fascismo, contrabando, entre outros, todos relacionados ao movimento de estrangeiros.

A família 50 é considerada o conjunto documental mais complexo, e parece abrigar um pouco de todos os temas arquivados nas famílias anteriores. Nesse conjunto, produzido, em sua maioria, a partir de 1964, observa-se que o Serviço Secreto passou a receber mais informações de outros órgãos da repressão, fruto da intensidade da repressão articulada no período da ditadura militar. Porém esse fato não permite afirmar que os documentos foram arquivados de acordo com os seus órgãos produtores. Análise da família 50-Z-9 mostra que há uma relação temática entre os documentos, em que se mesclam informações recebidas pelo DOI-CODI, OBAN (Operação Bandeirantes), Exército e relatórios do Serviço Secreto.

Muitos estudos ainda precisam ser realizados para compreender totalmente a lógica de arquivamento do acervo DEOPS, e não se sabe ainda se isso será possível. Desvelar os códigos significa um grande desafio para os estudiosos da área.⁴

Até este momento foram encontrados 27 documentos relativos ao Colégio Canadá e ao Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho. Os documentos estão sendo

⁴ Larissa Rosa CORRÊA. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, v. 33, p. 2.

analisados, e servirão de parâmetro para a elaboração da entrevista semi-estruturada a ser realizada com alunos, professores, funcionários e demais sujeitos que tiveram experiências na escola durante o período pesquisado.

5. Análise dos dados

O tratamento e análise das informações constantes dos documentos pesquisados e das entrevistas obtidas será feito por meio da metodologia de Análise de Conteúdo, na definição adotada por Laurence Bardin. Tal análise envolve o conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos e a busca de seus significados. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais.

Referindo-se à análise de conteúdo, Bardin aponta para sua condição de hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência (BARDIN, 2009). É uma prática que auxilia o pesquisador a superar intuições ou impressões precipitadas e abre possibilidades para o descobrimento de significados invisíveis à primeira vista, e é nessa prática que se consolidam os procedimentos de análise.

Os dados relativos a essa pesquisa estão sendo mapeados, categorizados, tabulados e analisados. Sua interpretação será apresentada no texto final do Relatório de Pesquisa, e buscará estabelecer as conexões, mediações e contradições dos elementos que estiveram associados à problemática pesquisada, estabelecendo as relações entre a parte e a totalidade desta problemática.

6. Considerações

As considerações sobre este trabalho terão o caráter de estabelecer a síntese da investigação, visando à exposição das “múltiplas determinações” que explicam a problemática investigada, repondo-se o ciclo da práxis, onde o conhecimento ampliado permita uma ação mais conseqüente, que por sua vez vai tornando o conhecimento ampliado base para uma nova ampliação.

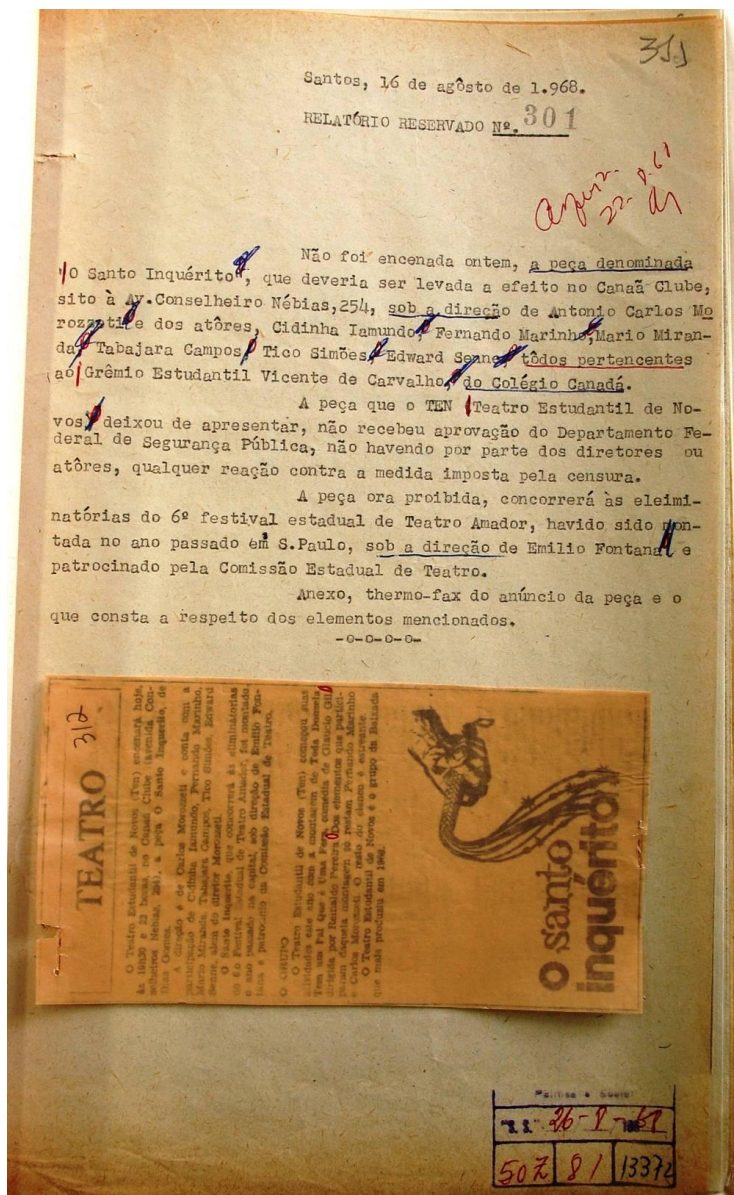


Figura 1 - Fac-simile de documento sobre o Grêmio Estudantil “Vicente de Carvalho”

Fonte: DEOPS-SP. Documento de número 50-Z-81-13372, de 16 de agosto de 1968.

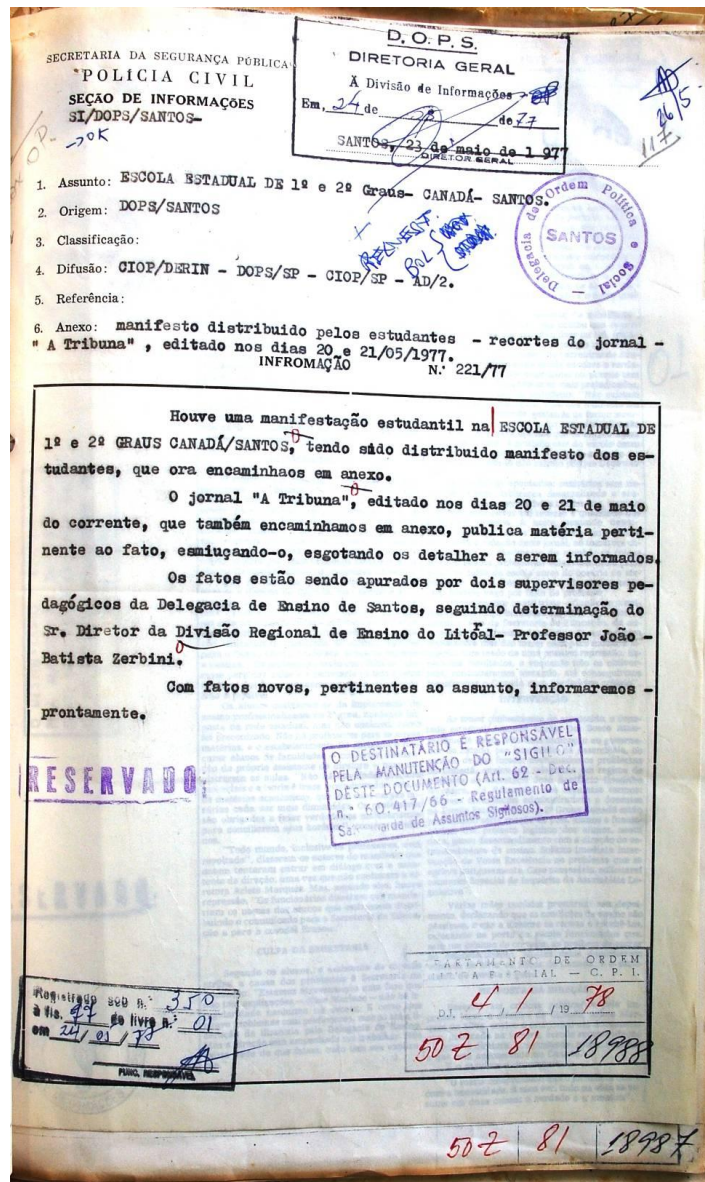


Figura 2 - Fac-Simile de documento sobre a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Canadá

Fonte: DEOPS-SP. Documento de número 50-Z-81-18988, de 23 de maio de 1977.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maria Aparecida de (et. al.). **Dossiês Deops/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro**. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2002, 5 volumes.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.) **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Tradução de L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CORREA, Evani M. B. A. **Memórias da Escola Canadá: participação estudantil nas décadas de 1950 e 1960**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Santos.
- CORRÊA, Larissa Rosa . O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo: on-line, v. 33, p. 1-11, 2008.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Educação no Brasil – Anos 60. O pacto do silêncio**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- FRANCO, Maria Amélia S., GHEDIN, Evandro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani C. A. (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- LICHTI, Fernando Martins. **Poliantéia Santista**. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- MEIRELLES, A. L. **Colégio Canadá: memória dos professores na voz dos alunos (1934-1962)**. 2009.154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Santos.
- MEMÓRIAS REVELADAS. Acesso direto à documentação do acervo DEOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo disponível em:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memrev/memrev_pesquisa.php
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A pesquisa em educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. **Contrapontos – Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí**. Itajaí: Ano 1, nº 1. Jan/jun 2001.

SILVA, Ricardo Marques da; ALEXANDRINO, Carlos Mauri. **Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta**. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.